

ESG

no Ibovespa

Outubro de 2022
PwC Brasil



pwc

Sumário

Introdução 3

A importância do ESG 4

Padronização das informações ESG 6

Asseguração das informações 7

Atuação do Ibracon 8

Como as empresas da B3 divulgam as informações ESG 10

Amostra 11

Perfil das empresas 13

Metodologia e ano do relatório 14

Formato e framework 15

Participação em índices de sustentabilidade e pactos 17

ODS prioritários 19

Temas materiais 20

Emissão de gases e carbono neutro 21

Diversidade e inclusão 24

Riscos ambientais e aos negócios 28

Casos de corrupção e canais de denúncia 30

Asseguração dos relatórios 31

Considerações finais 34

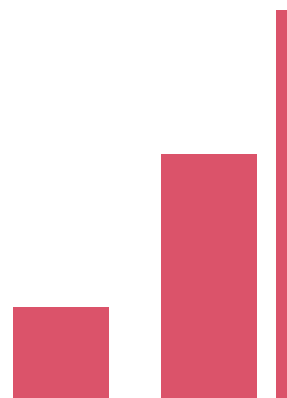
Contatos 37

Introdução

Desde nossa primeira edição do estudo ESG no Ibovespa, em 2021, o mundo enfrentou desafios que impactaram toda a sociedade. Ainda que os piores momentos da crise causada pela pandemia de covid-19 já tenham passado, graças aos avanços da tecnologia e ao esforço conjunto para desenvolver vacinas e tratamentos para a doença, ainda enfrentamos as consequências econômicas da pandemia, como as disrupções na cadeia de suprimentos, inflação global em alta, e outros fatores que agravam a disparidade social e econômica da população no Brasil e no mundo.

Em paralelo, os riscos físicos atrelados às mudanças climáticas se tornam cada vez mais frequentes e severos, com novas máximas de temperatura, incêndios, enchentes e desastres ambientais, com forte impacto na vida das pessoas, na produção agrícola, no meio ambiente e na biodiversidade. Esse contexto exige a ação coordenada de governos, da iniciativa privada e da sociedade como um todo para enfrentar esse problema com o senso de urgência necessário.

É nesse cenário desafiador que apresentamos a segunda edição do nosso estudo ESG no Ibovespa, buscando entender como as empresas têm reportado os temas materiais, os compromissos, os avanços e os indicadores relacionados aos temas socioambientais.



A importância do ESG

Nossas atitudes não são isoladas: as escolhas que fazemos reverberam em nosso estilo de vida, no meio ambiente, na sociedade e nas futuras gerações. Nesse contexto, cresce a importância dos temas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) não só na vida cotidiana das pessoas, mas também no dia a dia das empresas. De acordo com a **25ª CEO Survey**, conduzida pela PwC, entre 31% e 42% das empresas brasileiras participantes integram alguma das metas a seguir a sua estratégia de longo prazo: emissões de gases do efeito estufa, representação de gênero ou diversidade racial e étnica.



A partir de 2023, as empresas de capital aberto no Brasil deverão divulgar uma série de informações sobre temas ambientais, sociais e de governança no Formulário de Referência. Apesar de já existirem informações obrigatórias de temas e políticas socioambientais fornecidas pelas empresas no formulário, a partir do próximo ano a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exigirá do emissor de valores mobiliários mais informações, inclusive sobre a existência de matriz de materialidade, cumprimento das recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD, na sigla em inglês) e incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda, se a empresa não apresentar política sobre temas ESG, ela deverá explicar sua conduta em campo próprio.

Essa postura da autarquia acompanha diversas iniciativas internacionais de exigência de mais informações sobre as políticas e ações das empresas em relação a temas de importância coletiva, como a Diretiva sobre o Relatório de Sustentabilidade Corporativa (CSRD, na sigla em inglês), da Comissão Europeia, que propõe a divulgação obrigatória, a asseguarção e o aumento do número de empresas que serão obrigadas a divulgar informações relacionadas a sustentabilidade. É o caso também de iniciativas da SEC (a CVM americana) de exigir divulgações e asseguarção sobre temas climáticos e emissão de gases causadores do efeito estufa.

Padronização das informações ESG

Neste estudo, assim como no anterior, identificamos diversas formas de apresentação das informações sobre temas ESG pelas empresas. Mas um importante passo foi dado para uma possível padronização das informações de sustentabilidade: a criação do Comitê Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB, na sigla em inglês) e a divulgação de duas minutas sobre normas de apresentação e exigências mínimas são avanços relevantes para a padronização das informações de cunho social, ambiental e climático. A expectativa é que, até o final de 2022, o comitê tenha concluído o trabalho institucional e técnico e recebido o feedback de toda a comunidade internacional para estabelecer os elementos principais das normas globais de sustentabilidade.

O ISSB pretende utilizar *frameworks* e modelos já adotados pelas empresas em seus relatórios sobre sustentabilidade para padronizar as informações ESG. A consolidação da Value Reporting Foundation – organização sem fins lucrativos voltada para ajudar as empresas a usar os princípios de pensamento integrado, o modelo de relato integrado e as normas SASB (Sustainability Accounting Standards Board) – com a Fundação IFRS demonstra esse empenho. Um dos modelos mais utilizados pelas empresas que compõem o Ibovespa em nossa última análise, o GRI (Global Reporting Initiative) também está colaborando com a Fundação IFRS para harmonizar as divulgações sobre sustentabilidade.

A adoção, obrigatória ou não, das normas emitidas pelo ISSB ficará a cargo de cada jurisdição. O Brasil já está se preparando para recepcionar as futuras normas de sustentabilidade com a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), que terá como função interagir nas discussões internacionais, analisar e traduzir as normas a serem criadas pelo ISSB para adoção no Brasil, à semelhança do trabalho feito pelo CPC para as normas contábeis.

Asseguração das informações

A auditoria das demonstrações financeiras é obrigatória para empresas de grande porte e exigidas por investidores, órgãos reguladores, governos e, de certa forma, por toda a sociedade. Afinal, erros e fraudes financeiras podem contaminar todo o sistema financeiro e causar prejuízos para o mercado de capitais.

As atitudes e políticas socioambientais das empresas podem ter um impacto ainda maior para a sociedade. A poluição é um exemplo clássico de custo social: as consequências da emissão de poluentes ou da destruição do meio ambiente durante o processo produtivo geralmente não são assumidas por quem as ocasionou, mas pela sociedade como um todo. O potencial destrutivo de atitudes que não levam em consideração essas questões é grande. Por isso, a sociedade exige cada vez mais informações sobre a conduta das empresas. Cresce também a necessidade de uma parte independente para assegurar que essas informações não são distorcidas e que refletem a realidade. A Federação Internacional de Contadores (IFAC, na sigla em inglês) publicou um estudo sobre a asseguração dos relatórios de sustentabilidade no mundo e verifica **tendência de alta** nos serviços: de 2019 a 2020, o percentual de empresas que obtiveram asseguração de seus relatórios de informações ESG aumentou de 51% para 58%. Além de aumentar a transparência e a confiança nas informações da empresa, a asseguração permite aprimorar controles e processos da empresa assegurada.

As normas têm convergido para que, em breve, os relatórios sobre ESG tenham exigência de asseguração. No Brasil, já é **obrigatória a asseguração** por auditor independente de todos os relatórios de companhias abertas que utilizam a estrutura conceitual do relato integrado a partir de 2021.



Atuação do Ibracon

A bandeira da auditoria independente “Atividade como agente de mudanças”, defendida pelo Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), expressa o protagonismo da profissão em favor da melhoria constante do ambiente de negócios, do mercado de capitais e da economia, bem como de atendimento aos anseios da sociedade de que as empresas se pautem cada vez mais pelos princípios de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (ESG). É com o propósito de contribuir para esses avanços que o Ibracon é parceiro na divulgação deste estudo.

Dada a relevância do tema, o Ibracon instituiu o Grupo de Trabalho (GT) Sustentabilidade e ESG, composto pelos especialistas das firmas de auditoria, e tem atuado fortemente na difusão de conhecimento sobre a matéria, por meio de artigos, *webinars* e orientações aos associados e ao mercado. É o caso do Comunicado Técnico 03/2022 – que orienta os auditores independentes sobre a norma a ser aplicada e os procedimentos a serem executados para a emissão de relatório de asseguuração limitada sobre as informações não financeiras contidas no relato integrado para fins de cumprimento da Resolução CVM nº 14/2020.

Em um trabalho coordenado com outras entidades que formam a Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Ibracon desenvolveu estudos e atividades para possibilitar a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), espelhando no Brasil a criação do ISSB pela Fundação IFRS. Nos termos do Estatuto do CPC e seu Regimento Interno aprovados em agosto de 2022, o CBPS fará as necessárias interações com o ISSB, incluindo a participação em audiências públicas, a fim de possibilitar o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre a divulgação das práticas de sustentabilidade para serem adotados pelos reguladores e entidades em geral no Brasil.

Cada vez mais, a sociedade, investidores, governo e reguladores têm exigido das empresas práticas de negócios sustentáveis. A auditoria independente, que agrega confiabilidade às informações, é parte significativa dessa jornada ao assegurar que essas informações podem ser utilizadas com segurança pelos diversos usuários.

Como as empresas da B3 divulgam as informações ESG

Dando continuidade ao estudo divulgado em 2021, analisamos todas as empresas que compõem o Ibovespa – índice de maior relevância no mercado de capitais brasileiro. O valor de mercado delas em julho de 2022 ultrapassava US\$ 684 bilhões, o que representava 83% do valor de mercado das empresas negociadas na B3.¹



1. B3. Valor de mercado das empresas listadas. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/valor-de-mercado-das-empresas-listadas/bolsa-de-valores-mensal/. Acesso: 01/09/2022

Amostra

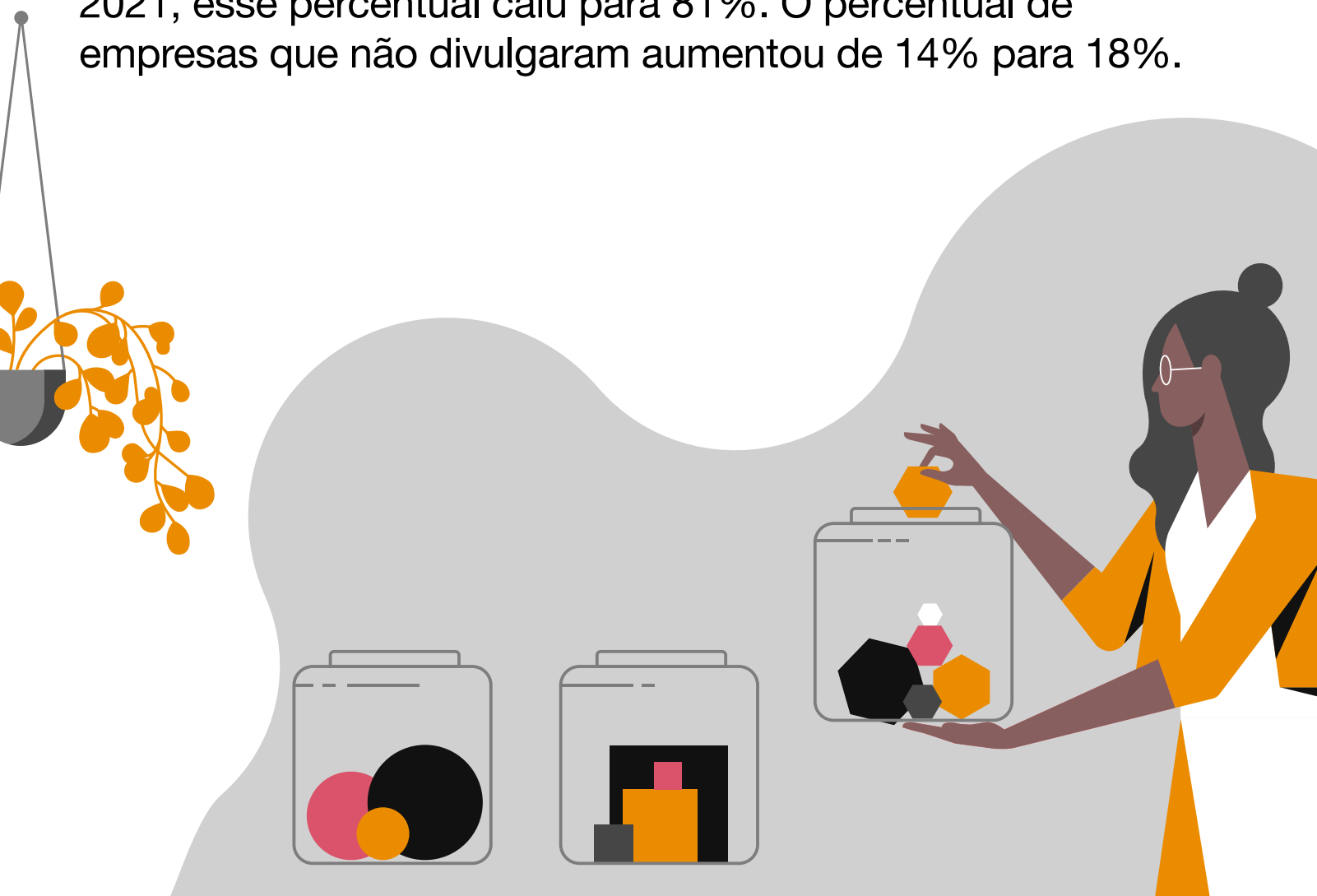
De maio a agosto deste ano, 89 empresas compunham o índice Ibovespa. Como uma empresa apresentou o relatório em conjunto com sua controlada, e ambas compunham o índice, analisamos neste estudo as divulgações de 88 empresas.

No estudo anterior, 81 empresas compunham o Ibovespa (maio-agosto/2021), e 78 empresas foram analisadas em nosso estudo (três empresas apresentaram relatório de sustentabilidade em conjunto com a controlada/controladora, que também compunha o índice).

Três empresas que compunham o índice na pesquisa anterior não estão mais listadas por terem sido incorporadas por outras empresas. Por terem sido incorporadas por empresas que também compunham o Ibovespa, elas não foram contabilizadas como empresas analisadas no estudo.

Onze empresas que não compunham o índice no estudo anterior passaram a compor o Ibovespa de maio-agosto de 2022. Seis delas abriram capital recentemente (a partir de 2020).

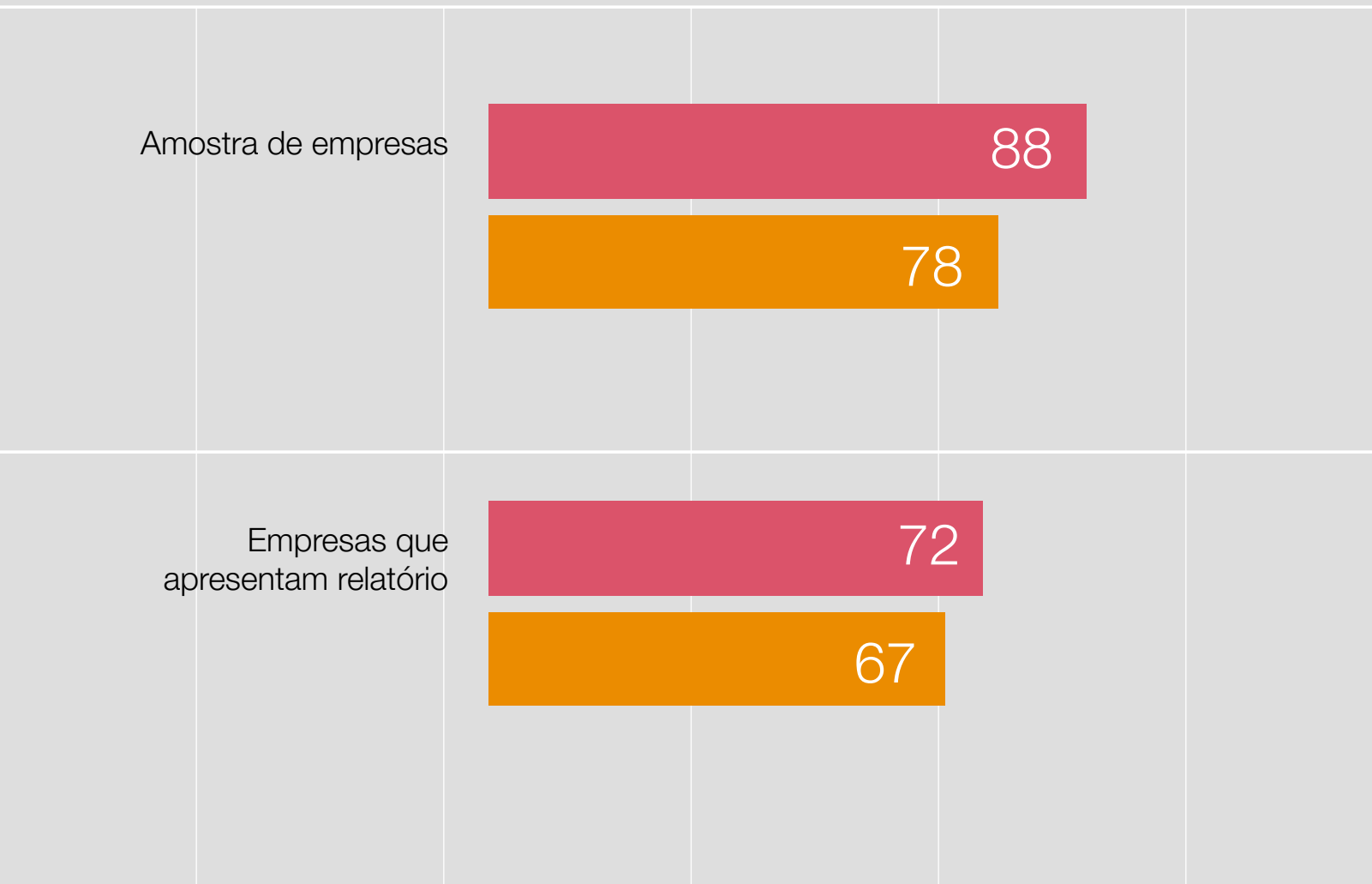
Houve um aumento de 12% no número de empresas analisadas, mas um acréscimo de apenas 7% de relatórios analisados. No ano anterior, 86% de nossa amostra apresentou algum tipo de relatório de sustentabilidade, enquanto, para 2021, esse percentual caiu para 81%. O percentual de empresas que não divulgaram aumentou de 14% para 18%.





Abrangência do estudo

2021 2020



Das 16 empresas que não apresentaram relatório em nossa análise, cinco foram recém-incluídas no Ibovespa. Das seis empresas que abriram capital em 2020, apenas metade delas divulgou algum relatório de sustentabilidade. Esse número chama a atenção, pois a expectativa seria que os investidores já demandassem das empresas que abriram capital recentemente a apresentação de informações relacionadas à sustentabilidade.

Oito empresas que participaram de nossa análise no ano anterior não haviam apresentado nenhum relatório. Nesta nova edição do estudo, elas também não fizeram nenhuma divulgação. Três empresas haviam apresentado relatório na edição anterior mas, até o encerramento de nossa coleta de dados, não haviam divulgado seus novos relatórios.

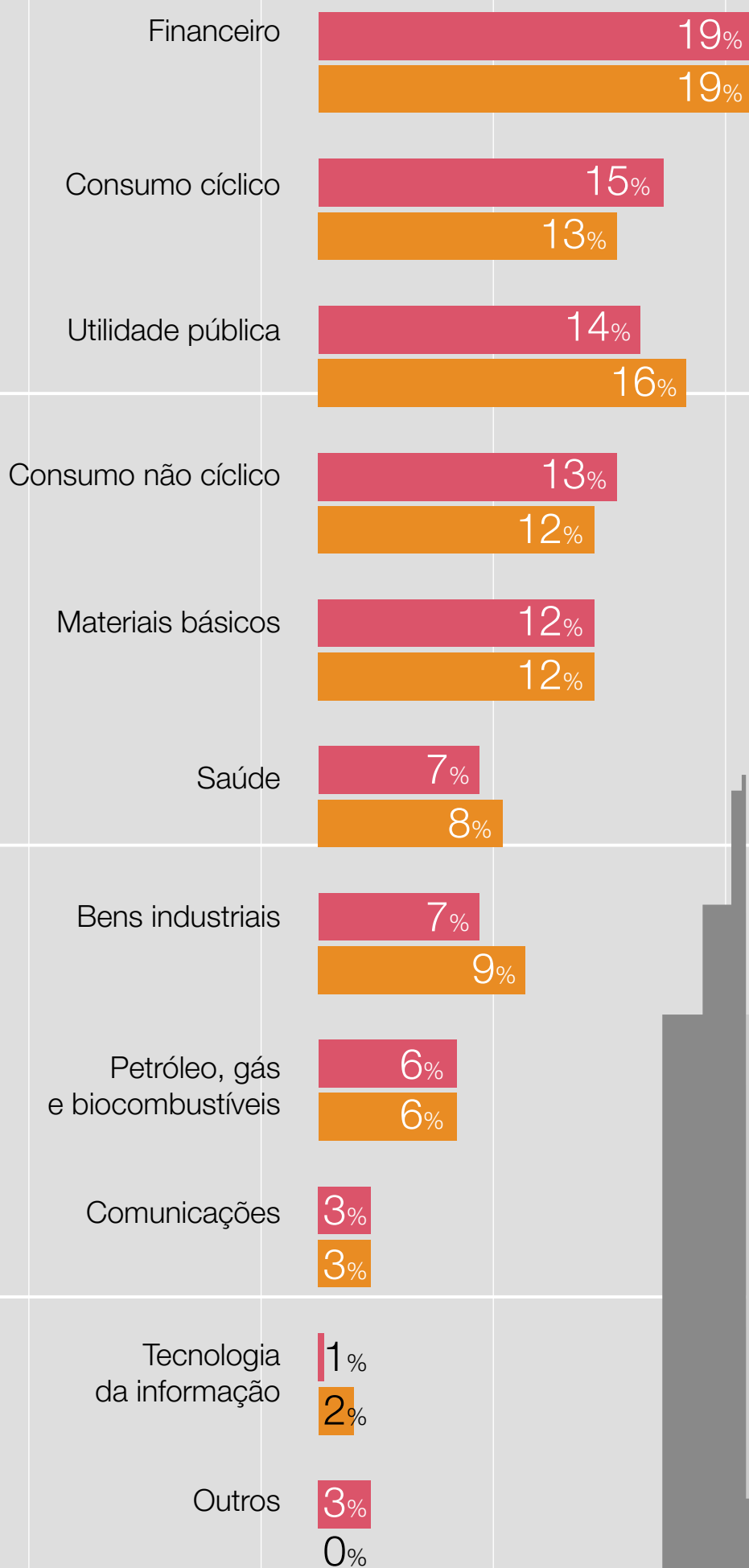
Perfil das empresas

Como o universo da análise foi pouco alterado, o perfil das empresas se manteve: maior concentração do setor financeiro, consumo cíclico e utilidade pública, segundo a classificação utilizada pela B3.



Setor econômico

2021 2020



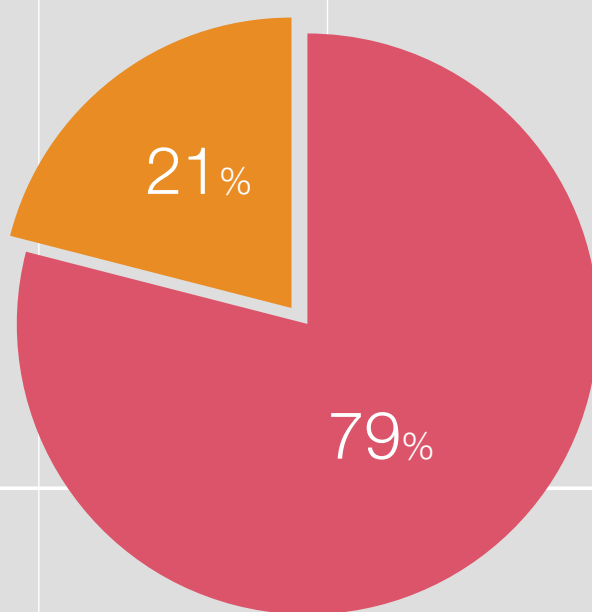
Metodologia e ano do relatório

Em nossa metodologia, analisamos os relatórios divulgados até o fim de junho de 2022, referentes aos anos de 2021 ou 2020. Foram aceitos para compor nossa análise relatórios de 2020 que não tenham sido analisados no estudo anterior para evitar duplicidade de análise em anos distintos.



Ano-base do relatório

2021 2020



A proporção dos relatórios analisados que eram do exercício imediatamente anterior não se alterou: 79%, em comparação com 81% da edição passada.

Dos 72 relatórios analisados, ao menos 36 não apresentaram o relatório na mesma data em que suas demonstrações contábeis foram divulgadas. Como a coleta dos relatórios se iniciou em maio e a entrega das DFs de 2021 da maioria das empresas deveria ter ocorrido até março, somente 50% das empresas já divulgavam o relatório do ano-base 2021 em seu site no início da análise dos relatórios.

Pela proposta da norma do ISSB (IFRS S1), os relatórios de sustentabilidade deveriam ser entregues na mesma data que as demonstrações financeiras. Um grande número de empresas ainda precisa se adequar ao prazo proposto pelo ISSB.

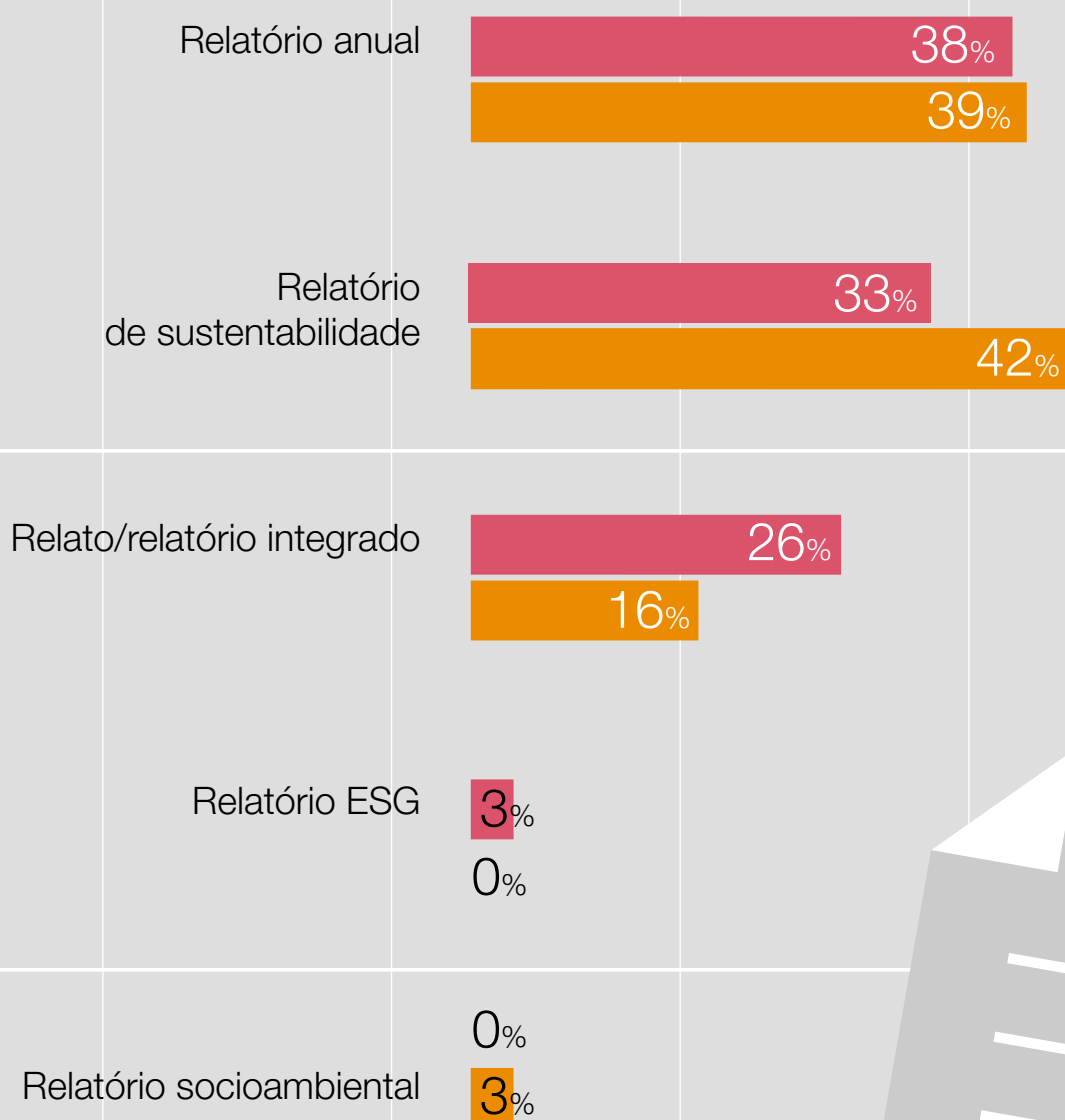
Formato e *framework*

O perfil dos relatórios não apresentou grandes alterações, mas aumentou em mais de 50% o número de empresas que utilizaram relatório/relato integrado. O que chama a atenção é que os relatos que utilizam o *framework* do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC, na sigla em inglês) devem ser obrigatoriamente assegurados por auditor independente desde 2021.

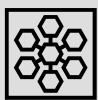


Tipo de relatório

2021 2020



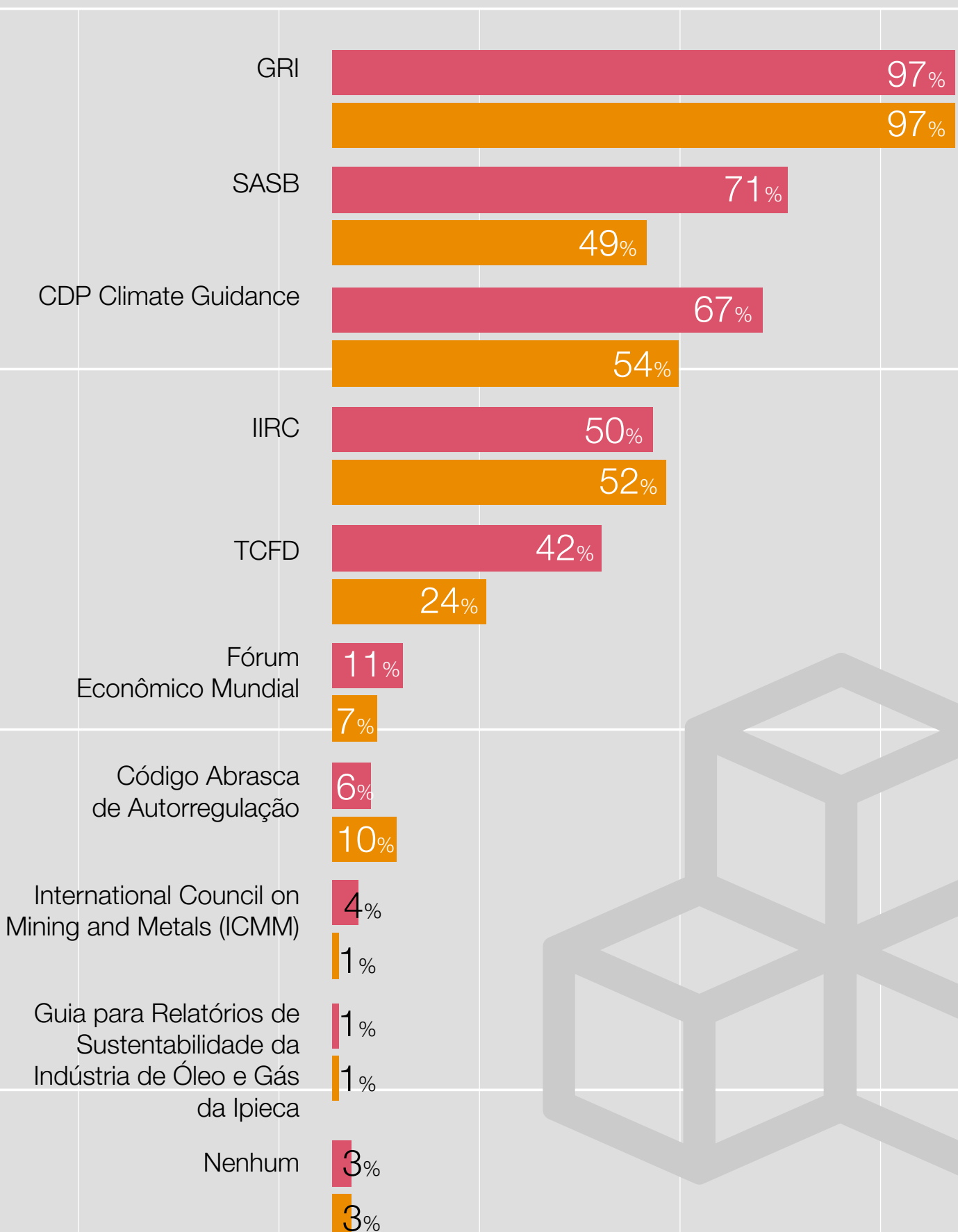
O GRI se destaca como o *framework* mais utilizado, mas cresceu o uso do relato integrado e do modelo SASB, ambos incentivados pela Value Reporting Foundation, entidade consolidada com a Função IFRS em agosto de 2022. Essa consolidação será uma forte aliada na construção de um *framework* global para as informações de sustentabilidade. Há uma tendência também de as empresas utilizarem mais de um *framework* para apresentar as informações financeiras para públicos-alvo diferentes – por exemplo, *stakeholders* diversos ou investidores.



Framework utilizado

2021

2020



Participação em índices de sustentabilidade e pactos

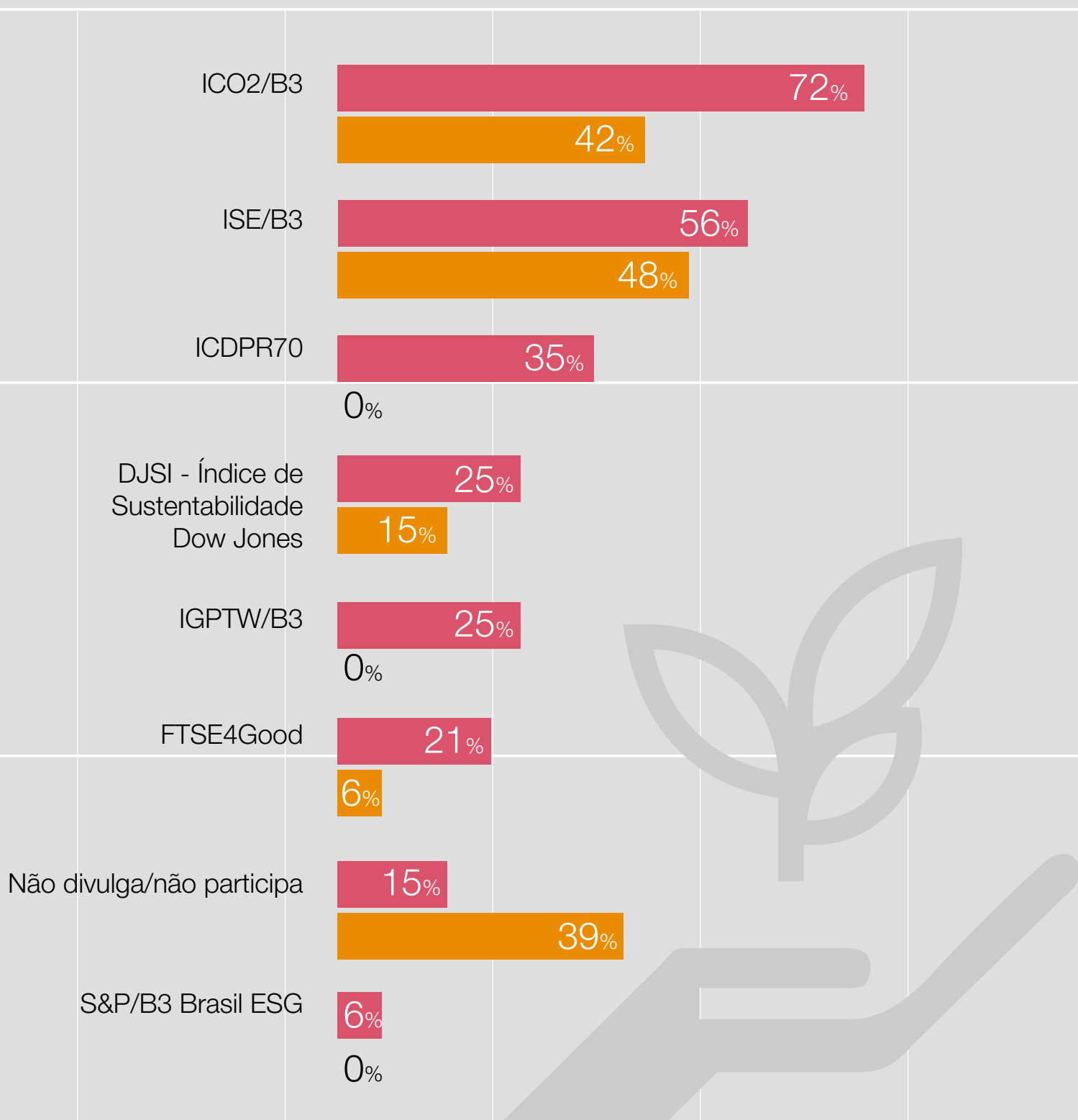
A participação de empresas em índices de sustentabilidade e/ou relacionados a ESG aumentou consideravelmente. O destaque são índices criados a partir de 2020 e que, por isso, não foram divulgados na pesquisa anterior. São eles:

- ICDPR70 – Índice CDP Brasil de Resiliência Climática, lançado em 2020;
- S&P/B3 Brasil ESG, criado em 31 de agosto de 2020; e
- IGPTW/B3 – Great Place to Work, lançado em 2022.



Segmento especial de listagem relacionado a ESG

2021 2020

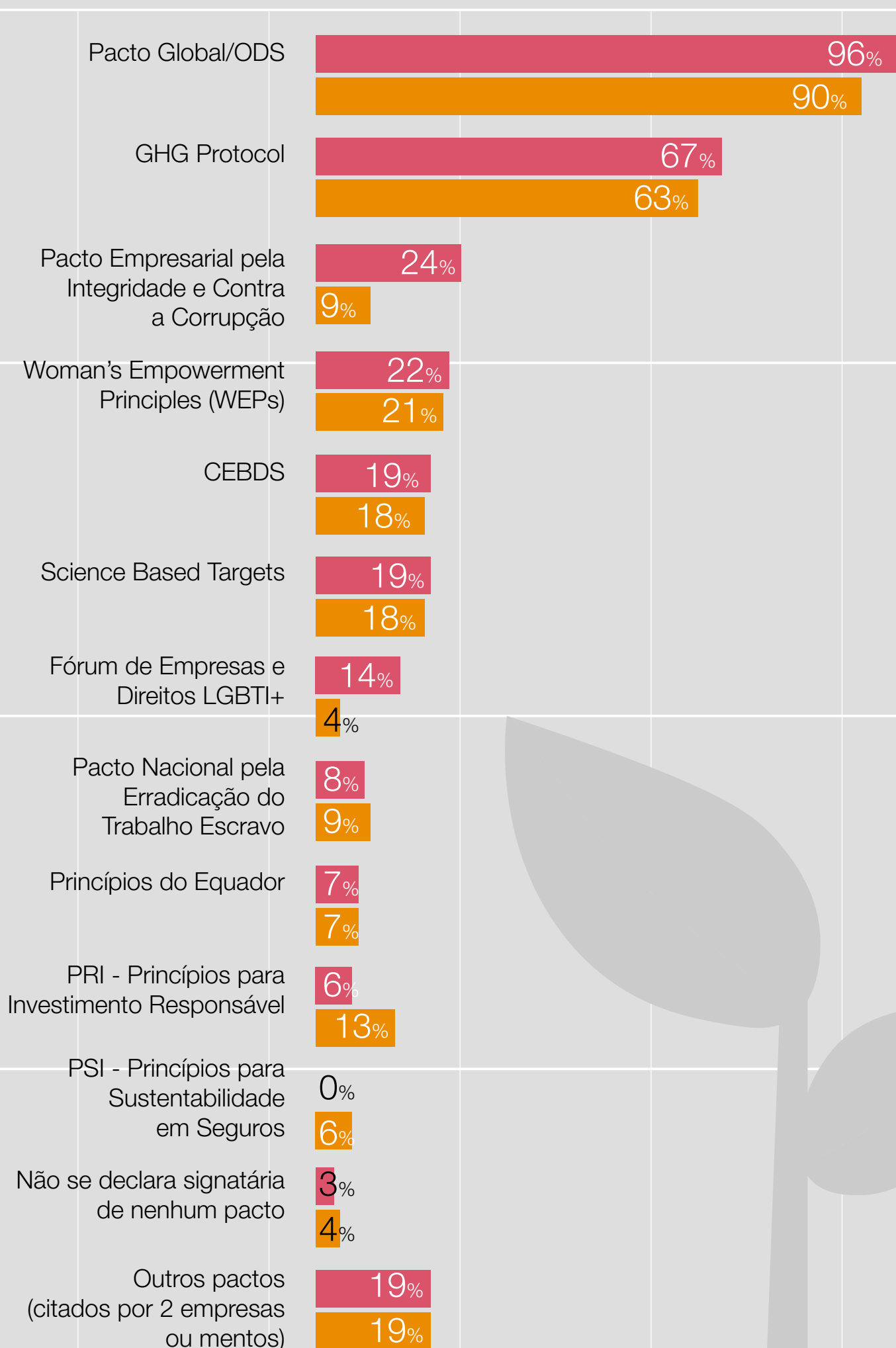


Com relação aos pactos de que as empresas divulgam ser signatárias, nota-se uma adesão maior ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção e ao Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ em relação ao último estudo. O percentual de empresas signatárias do Pacto Global continuou a crescer, atingindo 96% em 2021.



Pactos de que as empresas são signatárias

2021 2020



ODS prioritários

Este ano, mapeamos quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários das empresas que dizem contribuir para o atingimento das metas propostas pela ONU. Ao todo, 12% dos relatórios em que as empresas afirmam aderir aos ODS não informam ODS prioritários.

O ODS mais citado é o relacionado a condições de trabalho. Os da erradicação da pobreza e da fome zero estão entre os menos citados. O ODS referente à redução das desigualdades, por sua vez, foi um dos mais citados, possivelmente por se tratar de um tema que foi incorporado à atuação social das empresas. Merece destaque também o ODS relacionado às mudanças climáticas, que também ficou entre os mais citados, ainda que não seja sempre acompanhado por ações mais concretas para o enfrentamento desse desafio – como estipular metas de redução de gases causadores do efeito estufa, o que é apresentado mais adiante.



Quais são os ODS prioritários citados nos relatórios?

Acima de 80%



De 60% a 80%



De 40% a 60%



Até 40%



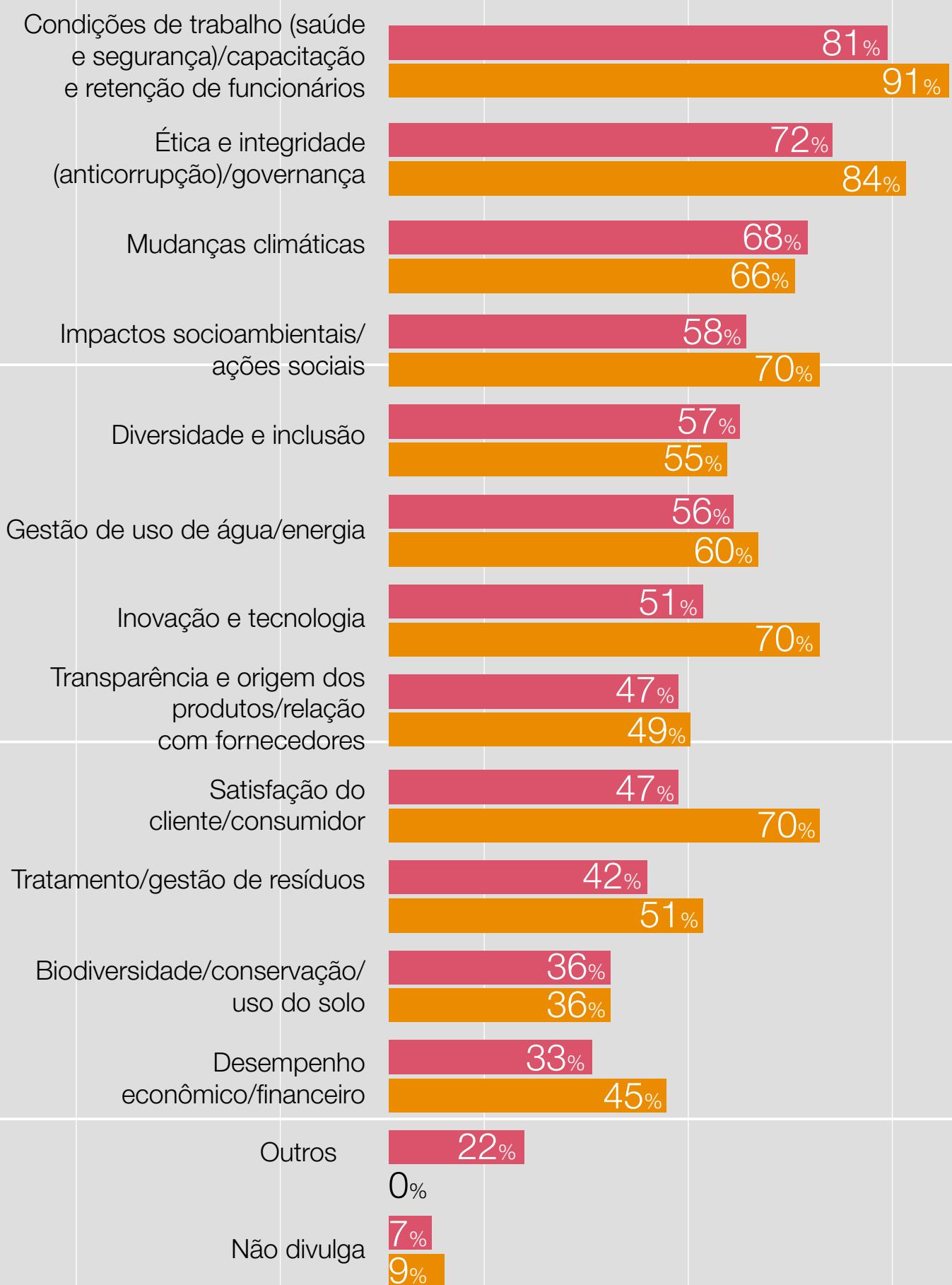
Temas materiais

Novamente, os temas materiais mais citados pelas empresas referem-se a condições de trabalho e temas de ética e integridade. Houve aumentos discretos nos temas de mudanças climáticas e diversidade e inclusão de 2020 para 2021. Curiosamente, porém, ocorreu um decréscimo significativo nas citações do tema ética e integridade, que tem uma importância vital nos pilares ambiental e social.



Temas materiais citados no relatório

2021 2020



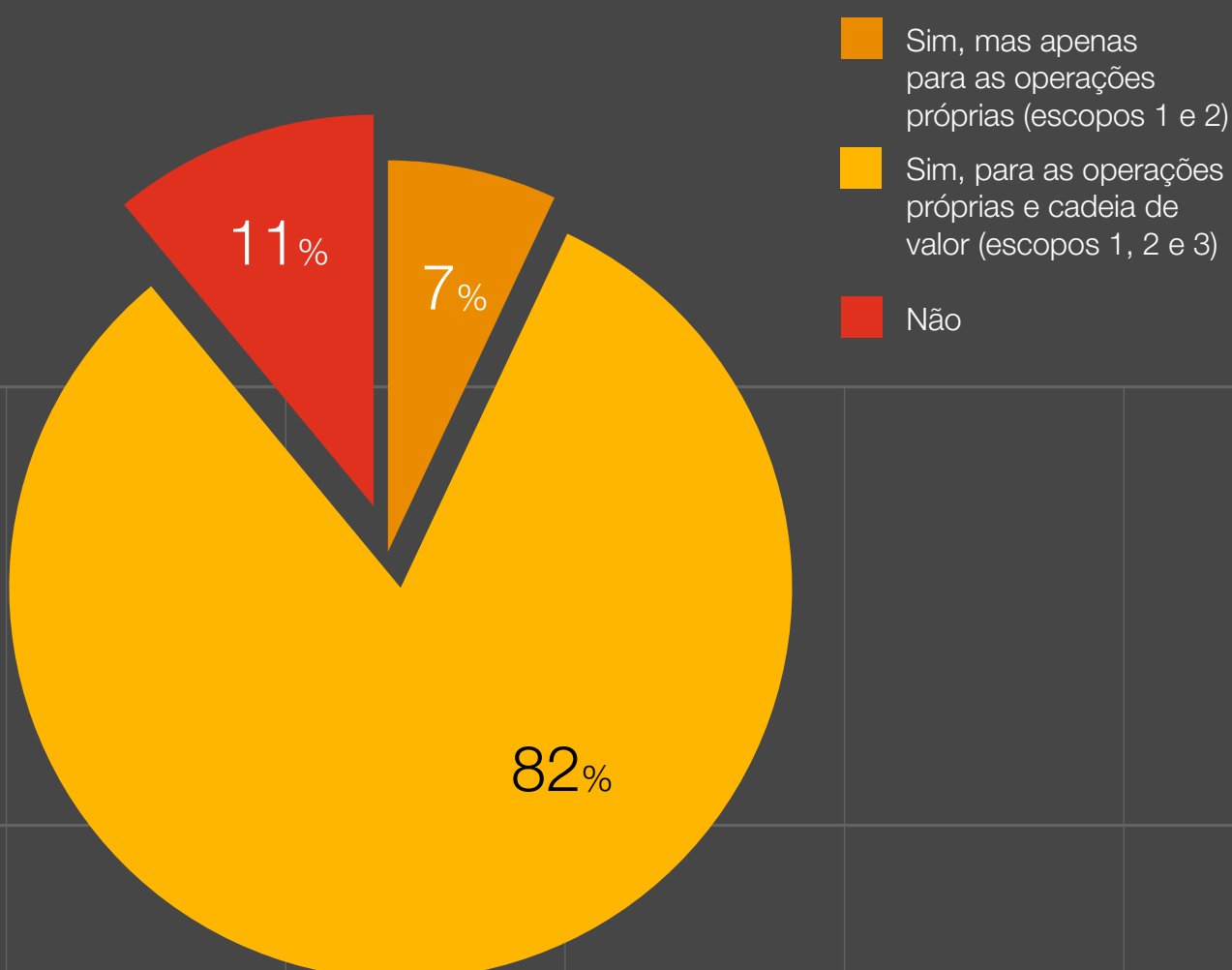


Emissão de gases e carbono neutro

A maioria das empresas divulgam informações sobre as emissões de gases causadores do efeito estufa em toda a cadeia de valor: 82% dos relatórios analisados apresentam as emissões de gases para os escopos 1, 2 e 3.



A empresa divulga as emissões de gases causadores do efeito estufa?



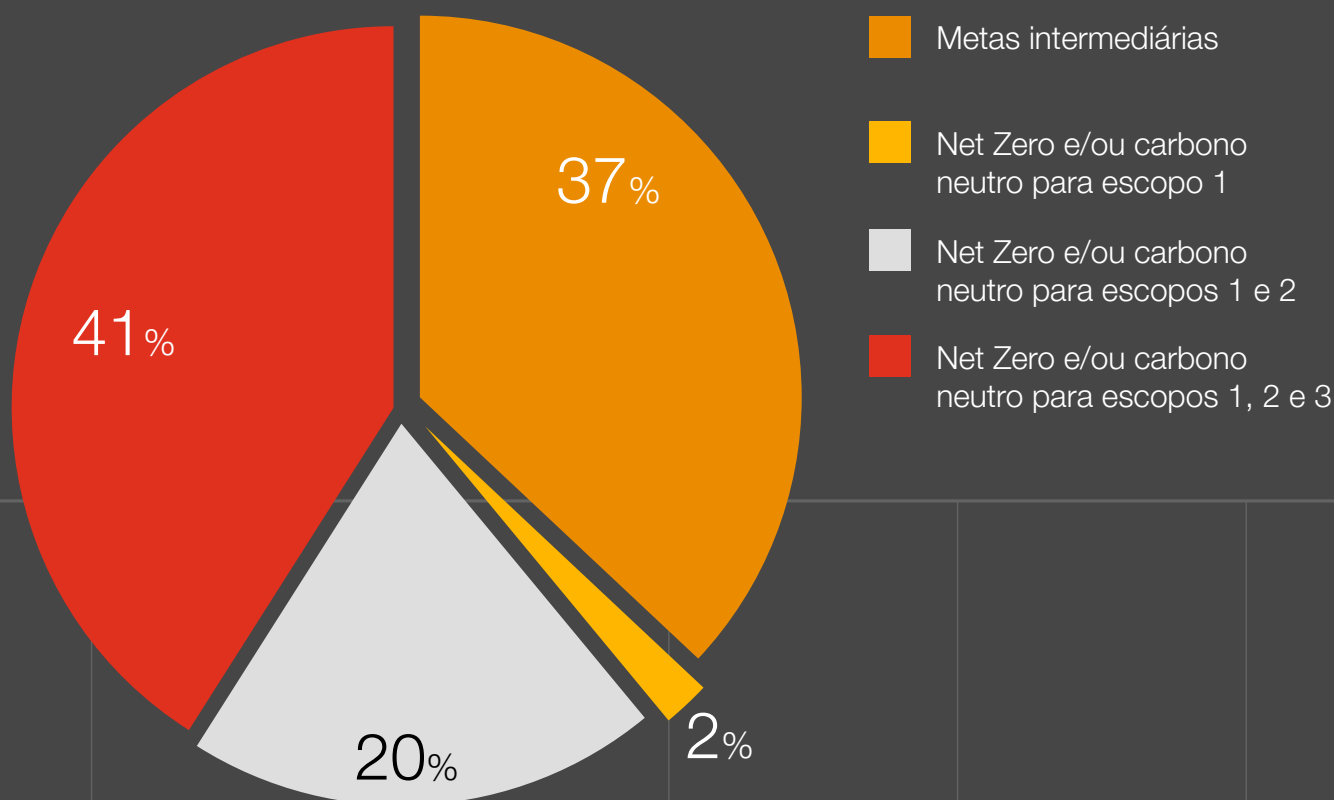
No entanto, o percentual de empresas que divulgam metas de redução de emissão dos gases é bem menor.



Divulgam metas para redução de gases causadores do efeito estufa



Tipos de metas de redução de emissão

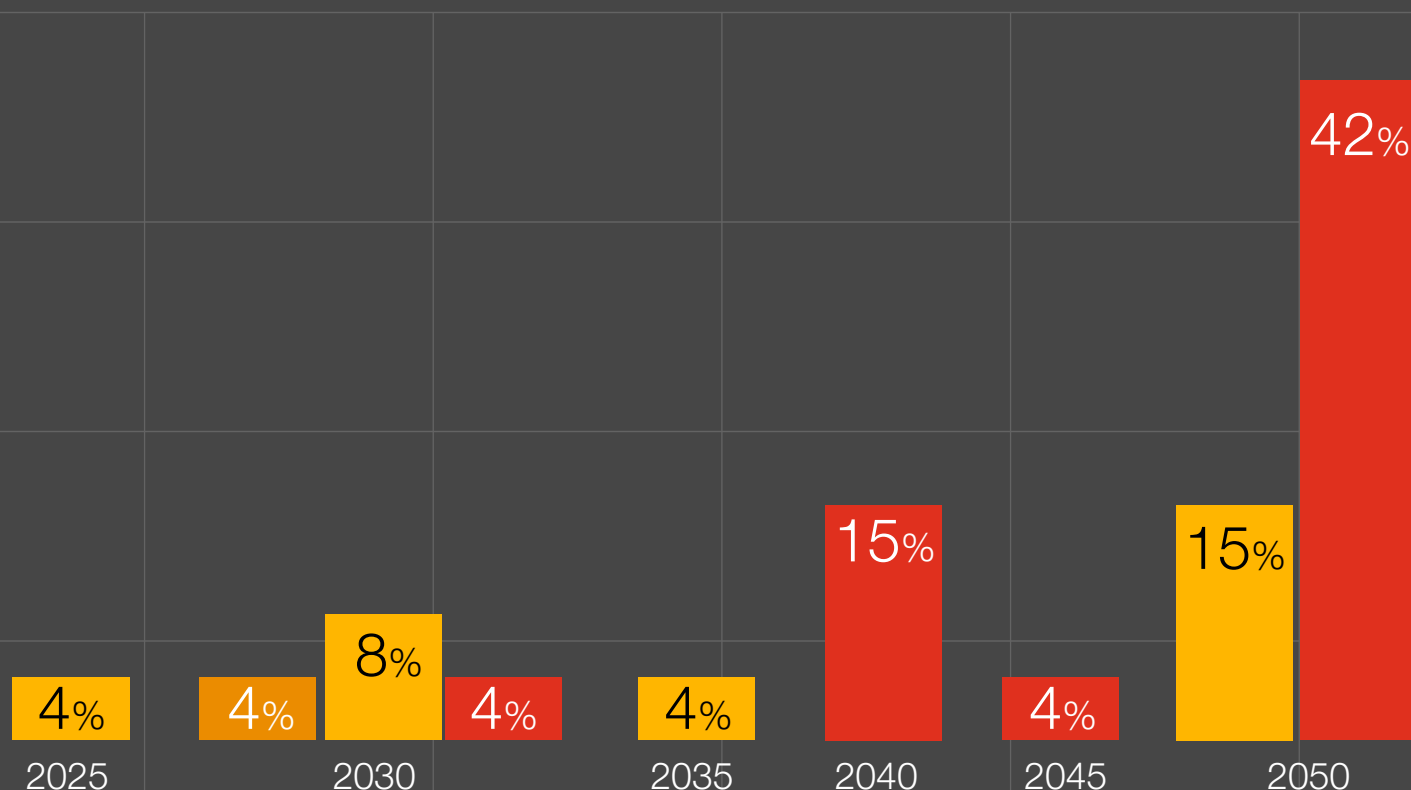


Das empresas que apresentaram metas para Net Zero e/ou carbono neutro, os anos de atingimento das metas variam de 2025 a 2050.



Ano de atingimento

- Net Zero e/ou carbono neutro para escopo 1
- Net Zero e/ou carbono neutro para escopos 1 e 2
- Net Zero e/ou carbono neutro para escopos 1, 2 e 3



O Acordo de Paris prevê que seja preciso reduzir em até 45% as emissões de gases causadores do efeito estufa para que o aquecimento global não ultrapasse 1,5 °C. Uma das ambições do acordo é que, até 2050, a transição para uma economia Net Zero esteja completa. De todas as empresas analisadas, no entanto, apenas 23% se comprometeram a neutralizar ou zerar as emissões até 2050.

Das 41 empresas que apresentaram metas de redução, 74% não informam se elas foram validadas pela ciência, como pela Science Based Target Initiative. Apenas 19% o fizeram, enquanto 7% dizem que estão em processo de validação e/ou pretendem validar suas metas de redução.

Ainda que uma parcela importante de empresas tenha assumido compromissos para a redução das emissões, é preocupante que 43% ainda não tenham divulgado qualquer compromisso relacionado à agenda de descarbonização.

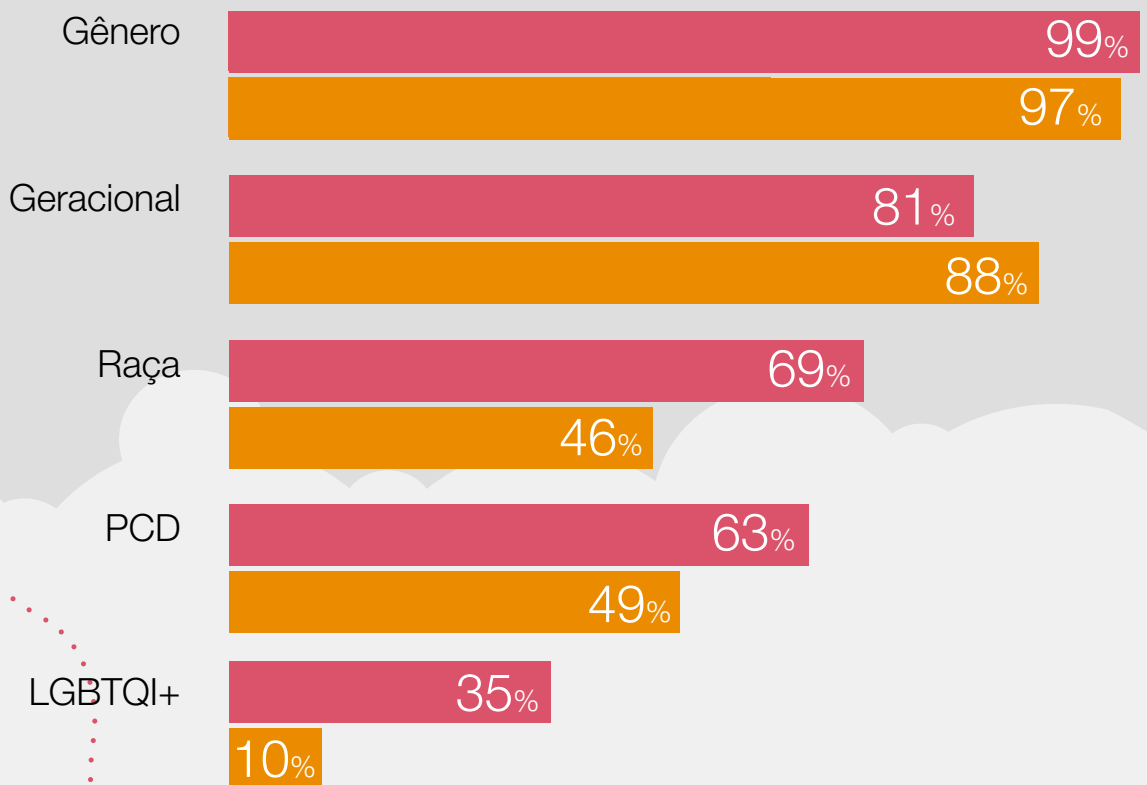
Diversidade e inclusão

As empresas aumentaram a divulgação de métricas de diversidade em relação ao estudo anterior, em especial sobre Raça e LGBTQI+. Apresentar as estatísticas por gênero, considerando o equilíbrio entre homens e mulheres, ainda é a métrica mais utilizada na divulgação de seus colaboradores. O aspecto positivo da pesquisa é o aumento considerável das divulgações relacionadas à raça e à comunidade LGBTQI+, sendo um movimento consistente com o avançar da pauta de diversidade e equidade nas organizações.



Métricas divulgadas de diversidade e inclusão

2021 2020

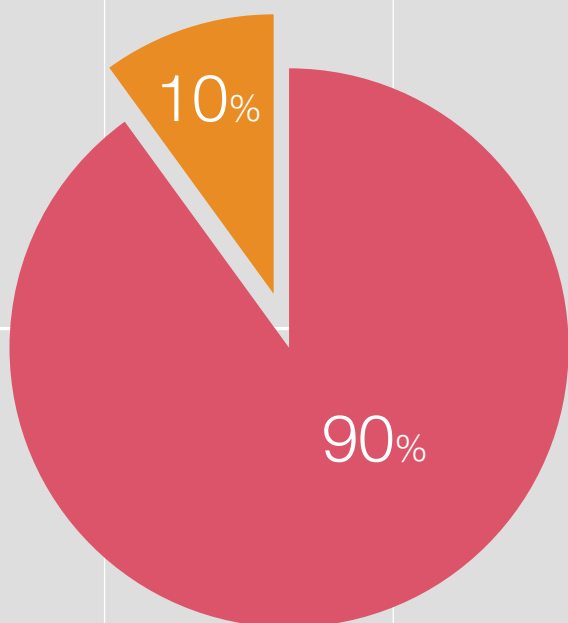




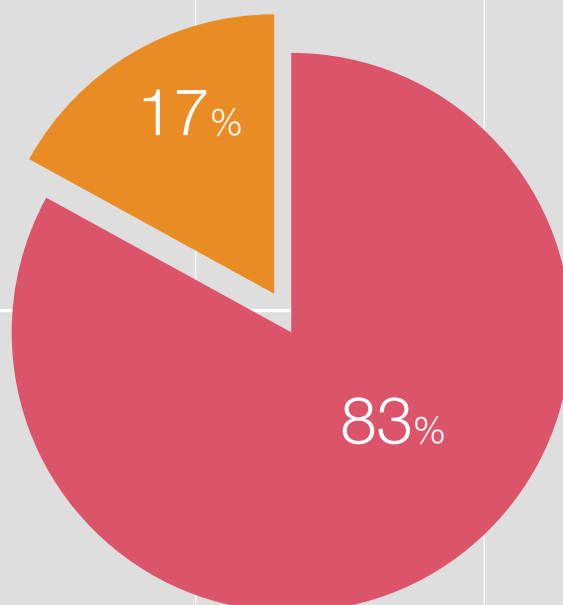
Divulgações sobre gênero

■ Divulga ■ Não divulga

Mulheres na liderança



Mulheres no conselho



Mulheres em cargo de liderança



30%

é o percentual médio de mulheres em cargos de liderança nas empresas que divulgam essa estatística. O mínimo divulgado foi de 6% e o máximo, de 75%.

Mulheres no conselho de administração



15%

é o percentual médio de mulheres no conselho de administração, variando entre 0% e 33% das empresas que divulgaram a informação.

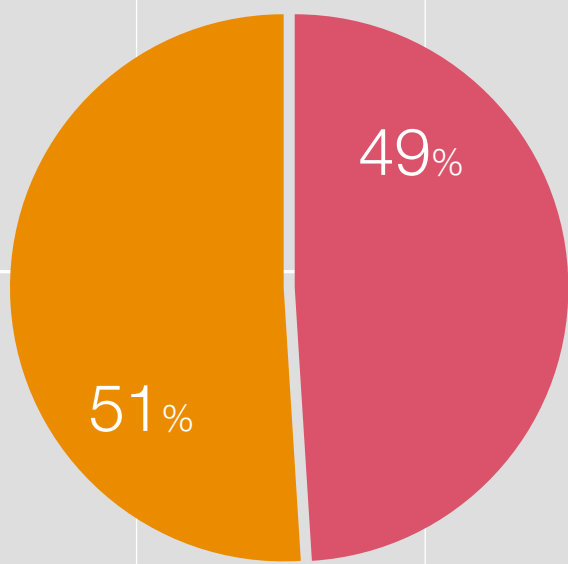


Divulgações sobre raça

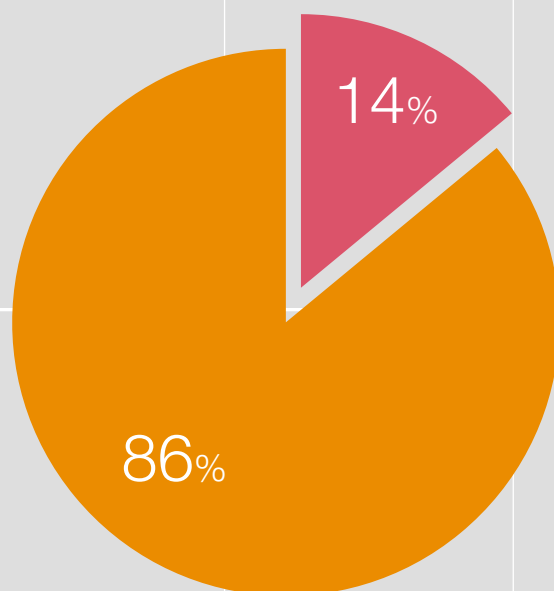
Quando se trata da diversidade racial, o desafio ainda é maior, e começa na divulgação: somente 49% divulgam a estatística de pessoas negras em cargos de liderança, e apenas 14% sobre a presença dessa população no conselho.

Divulga Não divulga

Pessoas negras na liderança



Pessoas negras no conselho



Pessoas negras em cargos de liderança



15%

é a média de negros e negras na liderança das empresas que divulgam essa estatística. O mínimo divulgado foi de 0% e o máximo, de 45%.

Pessoas negras no conselho de administração



3%

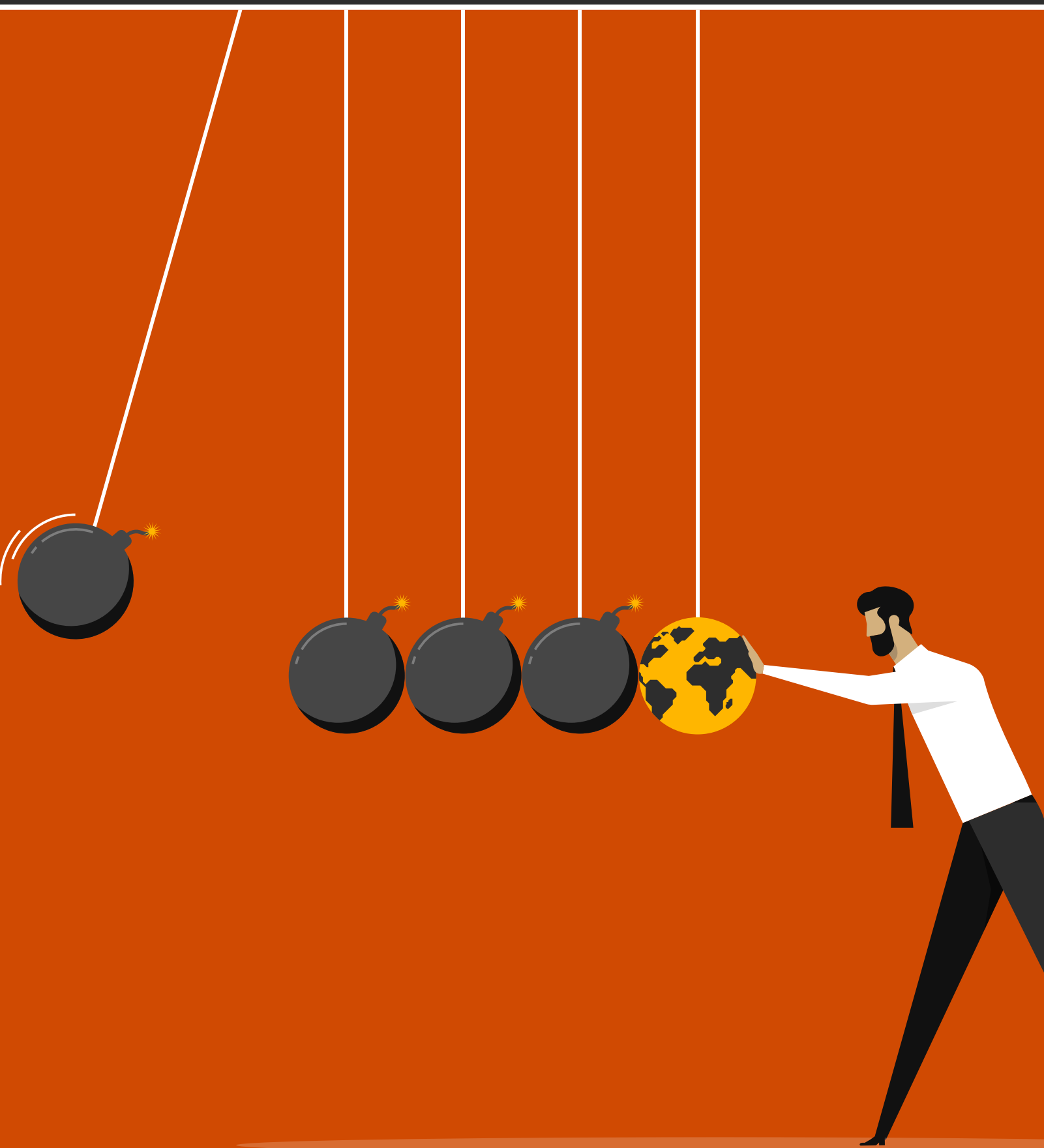
é a média de pessoas negras no conselho de administração, variando entre 0% e 20%.

Os dados sobre diversidade racial e de gênero mostram que, mesmo com todas as discussões e ações em relação a esses temas nas organizações, ainda há um longo caminho pela frente para aumentar a presença de mulheres e pessoas negras em posições de liderança executiva e no conselho de administração das empresas.

Em agosto de 2022, a B3 submeteu à audiência pública proposta de novas regras visando aumentar a diversidade de gênero e representatividade de grupos minorizados em cargos de alta liderança nas empresas listadas. A proposta prevê que, no conselho de administração ou na diretoria executiva, sejam eleitos ao menos uma pessoa que se identifique com o gênero feminino e um membro de comunidades minorizadas, sejam pretos ou pardos, LGBTQI+ ou pessoa com deficiência. Essa iniciativa evidencia que a inclusão não é uma opção, e sim uma exigência para uma sociedade mais equânime.

Riscos ambientais e aos negócios

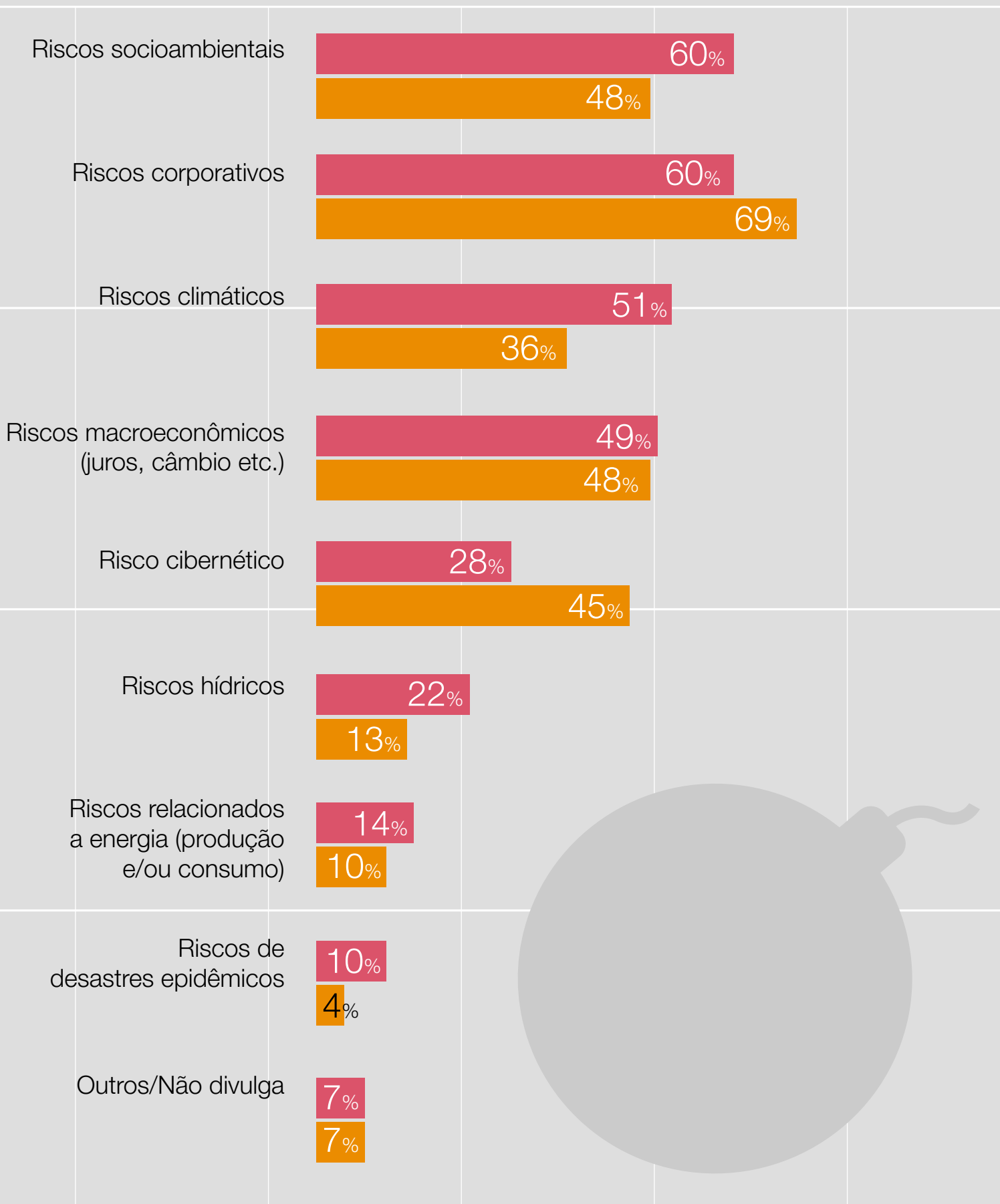
Em relação ao estudo anterior, nota-se um avanço substancial na divulgação dos riscos climáticos. Os relatórios que citam esses riscos passaram de 36% para 51% do total analisado. A mesma tendência de aumento de divulgação é observada em relação aos riscos socioambientais, hídricos e de desastres epidêmicos.





Riscos divulgados

■ 2021

■ 2020


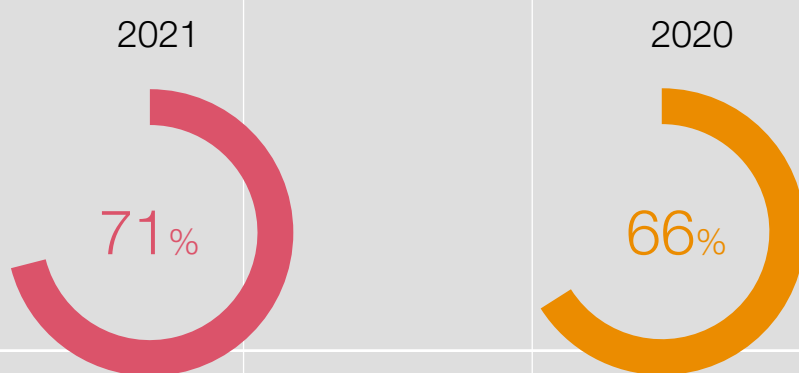
A gestão de riscos socioambientais tem recebido atenção dos reguladores no Brasil e no mundo, com novas regulamentações em vigor e sendo propostas por órgãos como CVM, Banco Central, SEC, entre outros. As empresas serão demandadas, cada vez mais, a incorporar esses fatores no processo de gestão de riscos corporativos, assim como fornecer informações mais detalhadas e conectadas com as demonstrações financeiras, evidenciando os potenciais impactos desses riscos na sustentabilidade dos seus negócios no curto, médio e longo prazo.

Casos de corrupção e canais de denúncia

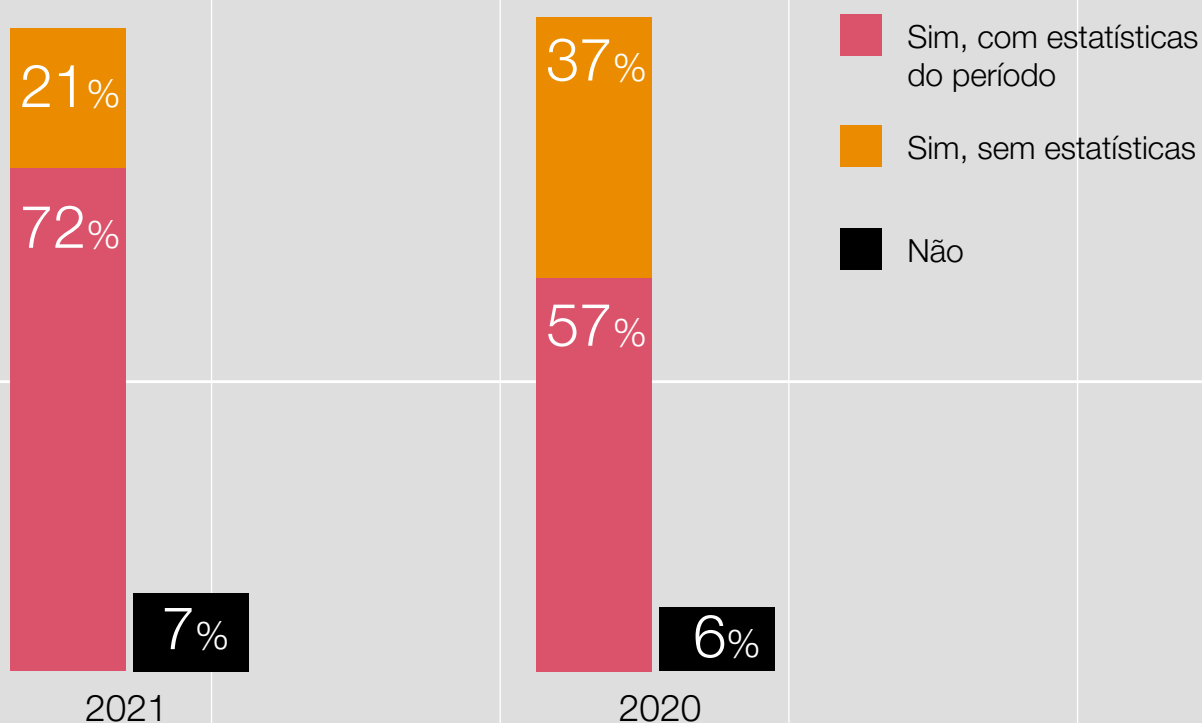
Em linha com a adesão maior ao Pacto contra a Corrupção e com a importância da ética e integridade como um dos temas materiais mais citados nos relatórios, nota-se uma transparência maior na divulgação de casos de corrupção e de denúncias.



Divulga casos de corrupção ou fraudes?



A empresa divulga a existência de canal de denúncias?



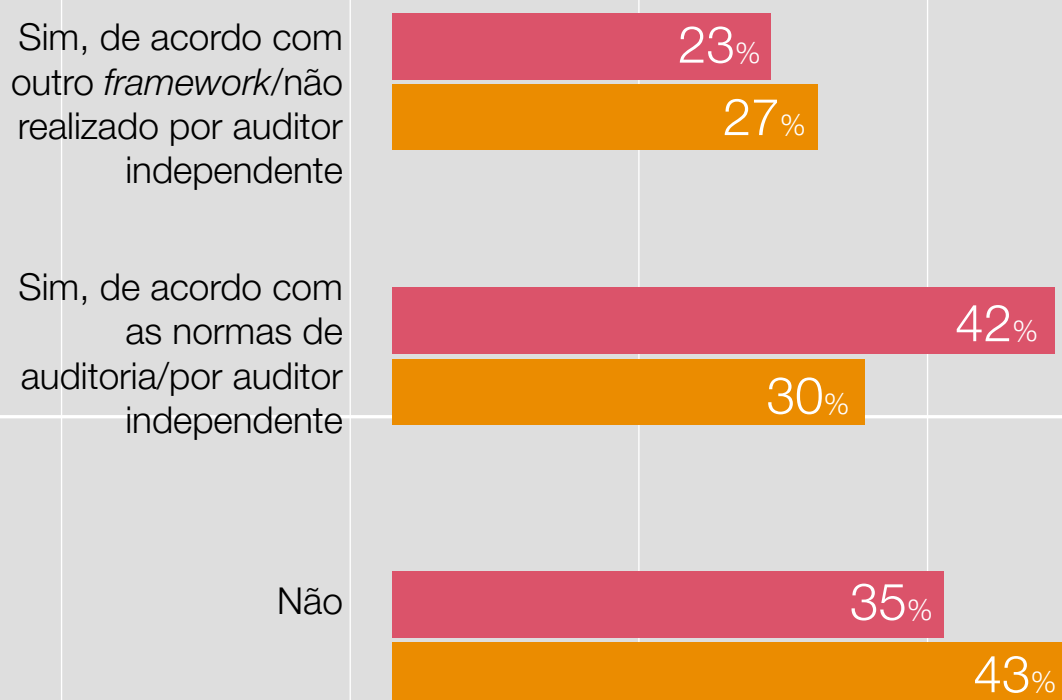
A divulgação da existência do canal de denúncias já era alta e variou pouco, mas aumentou substancialmente a parcela de relatórios que divulgam estatísticas do período sobre o canal: de 57% para 72%, demonstrando maior gestão no acompanhamento dessas informações nas empresas.

Asseguração dos relatórios

A proporção de relatórios que foram assegurados por auditoria independente cresceu 12 pontos percentuais, chegando a 42%. Paralelamente, caiu o percentual de assegurações que não seguem as normas da auditoria independente. No total, 65% dos relatórios são submetidos a algum tipo de asseguração.

? Os relatórios foram submetidos à asseguração ou verificação?

2021 2020



Para se ter uma ideia de como a evolução da asseguração dos relatórios da nossa amostra se compara com a tendência global, a IFAC divulgou em seu [último estudo sobre o tema](#) que o percentual de relatórios não financeiros assegurados no mundo passou de 51%, em 2019, para 58% em 2020. Em nossa amostra, essa proporção passou de 57%, em 2020, para 65% em 2021.

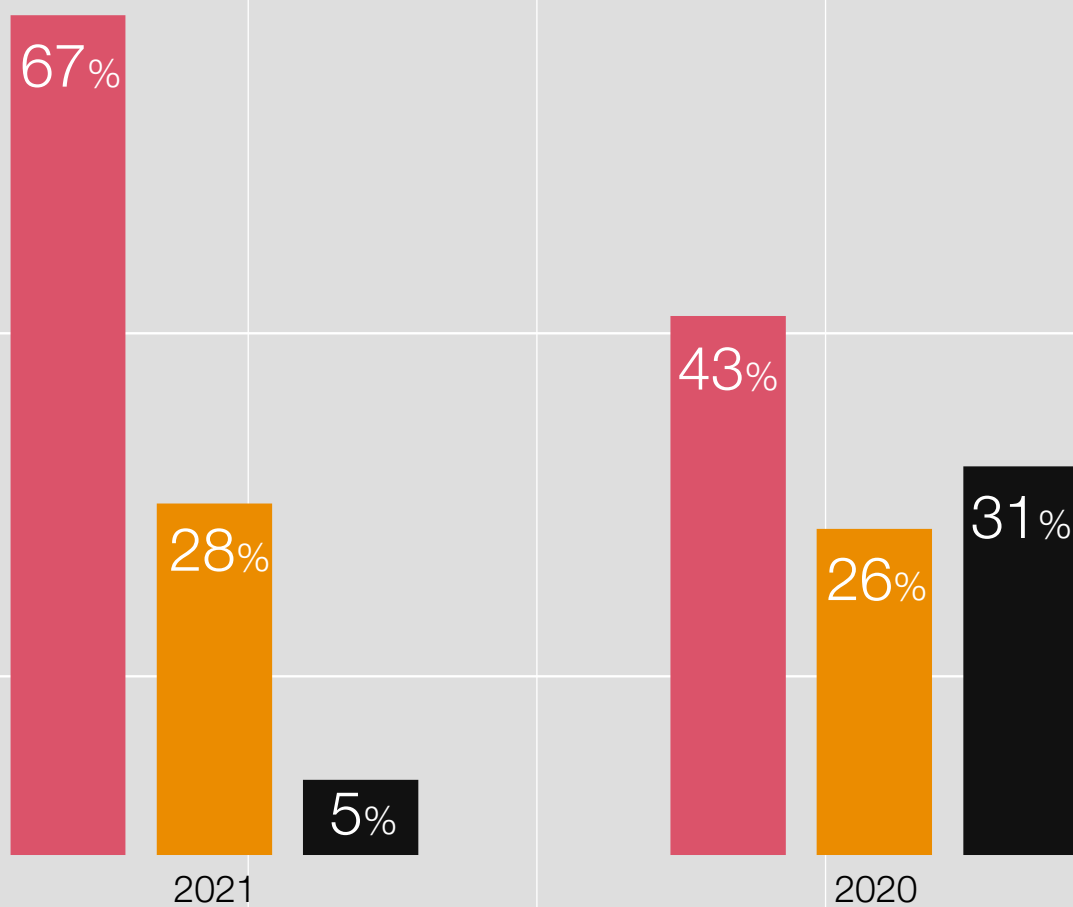
Asseguração no relato integrado

Desde 2021, é obrigatória a asseguração limitada por auditor independente dos relatórios que utilizam a estrutura conceitual de relato integrado do IIRC. Contudo, um terço das empresas que dizem ter adotado esse *framework* não submeteu seus relatórios à asseguração por auditor independente.



Relatório que utiliza a estrutura do IIRC foi assegurado?

- Sim, por auditor independente
- Sim, de acordo com outro *framework*
- Não

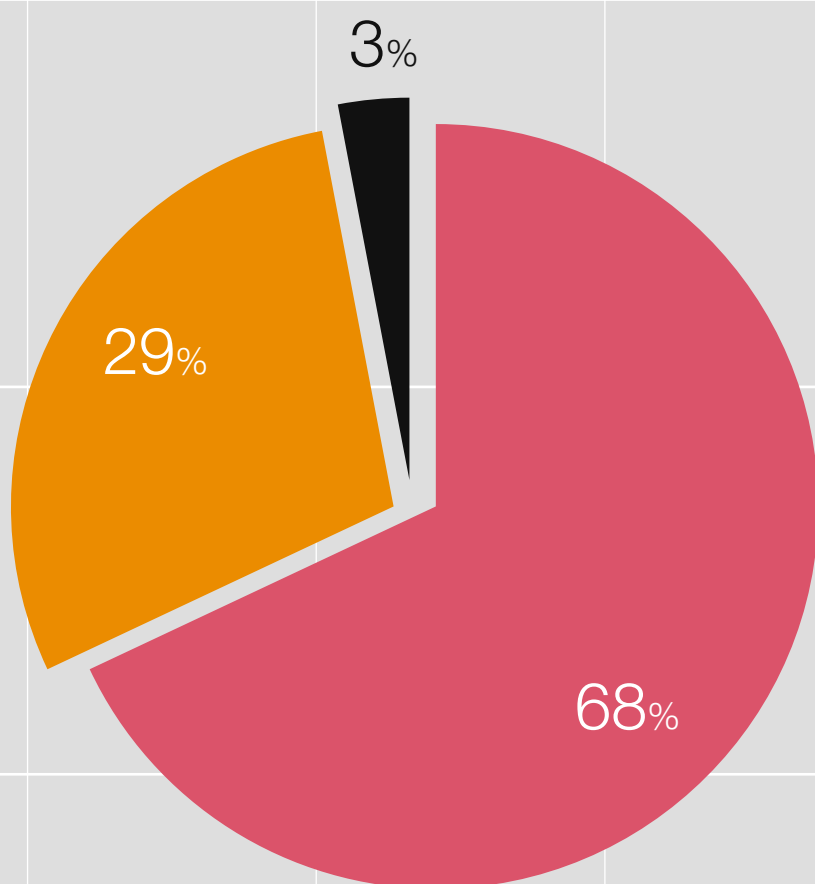


Alguns dos relatórios analisados, que afirmam utilizar a estrutura conceitual do Relato Integrado, são de 2020 – anteriores à exigência da asseguração por auditor independente requerida pela CVM. A análise da asseguração dos relatórios de 2021 que utilizaram a estrutura do IIRC indica que algumas empresas podem estar em desconformidade com as exigências da autarquia.



Asseguração em relatórios de 2021 que afirmam utilizar a estrutura do relato integrado

- Assegurados por auditor independente
- Assegurados/verificados de acordo com outro *framework*
- Não foram assegurados



É importante que as empresas relatem com clareza qual *framework* ou estrutura conceitual foi utilizada na elaboração do relatório, seja por exigência da regulação, seja para dar transparência à informação para o leitor do relatório.

Nosso estudo se baseia exclusivamente nas informações constantes nos relatórios e não tem a pretensão de validar o uso de estruturas ou a correta apresentação de dados pela empresa. Percebe-se, porém, que nem sempre fica claro para o leitor a estrutura que norteia o relatório e qual seria o escopo de assegurar a auditoria, pois, em alguns casos, não foi mencionada a assegurar a estrutura conceitual ou o cumprimento do OCPC 09 nos trabalhos de assegurar.

Considerações finais

Observamos no estudo deste ano, mais uma vez, que a vasta maioria das empresas que fazem parte do Ibovespa no período analisado divulgou algum tipo de relatório de informações não financeiras. É animador também que mais empresas tenham optado por divulgar seu relatório utilizando a estrutura conceitual do relato integrado, assim como incorporar frameworks complementares que fornecem um conjunto mais amplo de informações e indicadores aos usuários.



Identificamos ainda que não só o uso da estrutura conceitual do relato integrado cresceu, como a asseguuração dos relatórios em geral por auditor independente aumentou de 30% em 2020 para 42% em 2021.

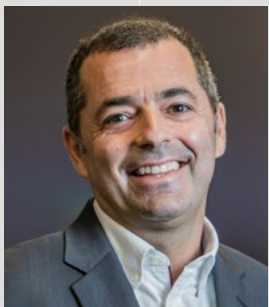
Entre as empresas novatas no mercado de capitais que já conseguiram constar no índice de maior visibilidade da bolsa brasileira, metade ainda não segue as boas práticas de divulgação de seus pares: apenas 50% das empresas que fizeram IPO a partir de 2020 divulgaram relatório com informações sociais, ambientais e de governança. Isso leva a crer que a integração entre negócios e sustentabilidade ainda não é um aspecto central na abertura de capital das empresas brasileiras.

Outro ponto que merece atenção é a divulgação da emissão de gases causadores do efeito estufa: a maioria das empresas analisadas divulga a emissão para toda a cadeia de valor, mas apenas 57% se comprometem com metas e prazos para reduzir a emissão desses gases. Das que divulgam, 41% se comprometeram a neutralizar suas emissões para toda a cadeia produtiva (escopos 1, 2 e 3) nos próximos anos. Diante da urgência da pauta climática, é fundamental que uma proporção maior de empresas se comprometa com a descarbonização e apresente planos de ação coerentes com os compromissos assumidos.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU também são constantemente citados e priorizados nos relatórios. É necessário um equilíbrio entre os ODS que mais se alinham aos objetivos empresariais com aqueles que melhor representam os anseios e necessidades da sociedade.

Os objetivos empresariais e de sustentabilidade devem estar alinhados, mas talvez ainda seja necessário um esforço maior por parte das empresas para que empreguem de fato seus recursos para alcançar objetivos mais amplos, como a erradicação da fome e da pobreza, um ODS citado em menos de 40% dos relatórios.

Contatos



Mauricio Colombari
Sócio e líder de ESG
mauricio.colombari@pwc.com



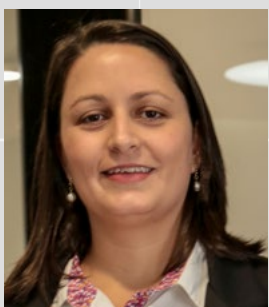
Martha Bianchi
Gerente
martha.bianchi@pwc.com



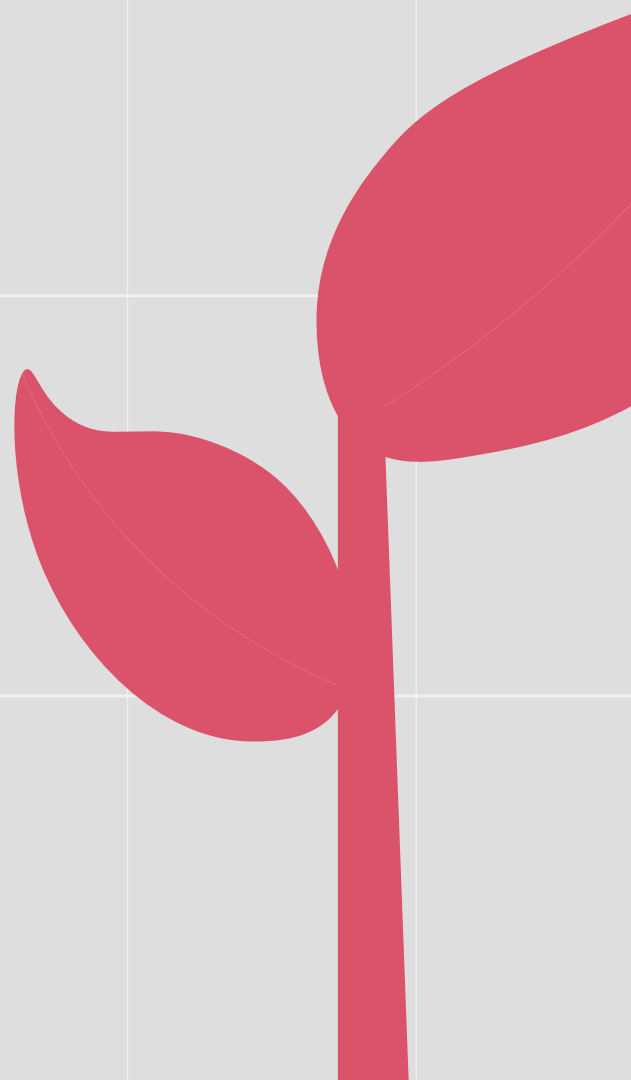
Marina Rodrigues
Gerente
rodrigues.marina@pwc.com



Tamiris Benassi
Gerente
tamiris.benassi@pwc.com



Cintia Cespedes
Gerente
cintia.cespedes@pwc.com



www.pwc.com.br



Neste documento, "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., firma membro do network da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto sugerir, ao próprio network. Cada firma membro da rede PwC constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure